

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

DORME HÁ TRÊS ANOS NO CONGRESSO

"A APROVAÇÃO DO PNE É INVESTIR EM EDUCAÇÃO DE QUALIDADE!"

A presidente da União Nacional dos Estudantes, Virgínia Barros, diz que a aprovação dos royalties do petróleo para educação permitirá injetar mais de R\$ 100 bilhões na educação pública. A luta agora, segundo ela, é que o Congresso aprove a meta de destinar 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação, um dos pontos em discussão do Plano Nacional de Educação (PNE), que aguarda uma decisão final há quase três anos.

10% DO PIB PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA!

A educação do Brasil não pode ficar parada. **PNE JÁ!**

Para a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a aprovação dos royalties foi uma grande vitória. "Representa mais um passo em busca do financiamento adequado das políticas públicas educacionais, rumo a aprovação de um PNE efetivamente capaz de articular o Sistema Nacional de Educação".

A luta continua pela aprovação do PNE!

A EDUCAÇÃO MERECE RESPEITO!

A CNTE organiza uma paralisação nacional a favor do PNE, com um grande acampamento em frente ao Congresso. O acampamento será o ponto principal da agenda de mobilização da CNTE para o segundo semestre, e tem como objetivo pressionar a votação do PNE no Senado.

SENADO, O PNE AGUARDA VOTAÇÃO HÁ 3 ANOS!

APROVAÇÃO DO PNE JÁ!

"Tivemos o compromisso de todas as entidades de enviarem trabalhadores para estarem nesse acampamento em etapas que já foram acertadas no CNE. Teremos sempre uma boa movimentação de pessoas, pressionando os parlamentares e chamando a atenção para a necessidade do PNE ser aprovado esse ano", afirma Roberto Leão, presidente da CNTE.

Vem pra luta você também!

Leão lembra que o PNE precisa deixar clara a destinação dos 10% do PIB para a educação, para que seja possível avançar na construção de uma escola que seja efetivamente de qualidade, socialmente referenciada e que faça jus às necessidades do povo brasileiro.

CONTRA O PL 4330, sindicatos da CUT apresentam propostas

- Não ao PL 4330;
- igualdade de direitos, condições de trabalho e salário;
- os trabalhadores terceirizados e diretos devem ter as mesmas condições de trabalho e salário e os mesmos direitos previstos em Convenções e Acordos coletivos;
- direito à informação prévia;
- o sindicato e os trabalhadores devem ser consultados antes de possíveis terceirizações em uma empresa;
- proibição da terceirização na atividade-fim;
- penalização das empresas infratoras;
- responsabilidade solidária entre as empresas contratante e contratada;
- não se pode terceirizar postos de trabalho nas atividades que representam a natureza econômica das empresas (atividade-fim), evitando que existam empresas sem trabalhadores diretos;
- a empresa contratante deve ser responsável por todas as obrigações trabalhistas, tanto quanto a empresa prestadora de serviços;
- a justiça deve punir duramente as empresas que retiram direitos.

30 DE AGOSTO: DIA NACIONAL DE PARALISAÇÃO

Lançamento do acampamento dos trabalhadores em Educação pela votação imediata do PNE.

PL 4330 ameaça direitos do trabalhador



Criado há quase uma década pelo governo Fernando Henrique Cardoso, o Projeto de Lei 4330, de autoria do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), é uma grave ameaça aos direitos dos trabalhadores, colocando em risco toda a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Hoje o Brasil tem 45 milhões de trabalhadores formais, que com a aprovação da lei podem se tornar prestadores de serviços eventuais em condições precárias. Além de reduzir os custos com pessoal, a terceirização põe em risco o emprego de carteira assinada, o salário e os direi-

tos dos trabalhadores, como: FGTS, 13º salário e férias. O projeto, além de ampliar as terceirizações, causará uma piora nas condições de trabalho, como por exemplo: ter os salários reduzidos e a carga horária de trabalho ampliada. Com o disfarce de regulamentar a terceirização, o PL 4330, na verdade, ataca todo mundo, seja trabalhador do setor privado ou do servidor público.

Atualmente o projeto de lei está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados e será votado no dia 03 de setembro desse ano.

APROVAÇÃO DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO GARANTE MAIS QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO

Após meses de intensa pressão, mobilizações e atos políticos a favor da destinação dos royalties do petróleo para a educação e a saúde, finalmente foi aprovado o projeto que garante 75% para a educação e 25% para saúde. O Sinpro-DF e várias entidades ligadas à educação festejaram a vitória, já que foi aprovado o melhor projeto; o que garante de agosto a maior quantidade de recursos para as áreas.

A aprovação do substitutivo, no último dia 14, foi comemorada especialmente por vincular 50% de todo o Fundo Social do Pré-Sal e não apenas dos rendimentos, conforme desejavam setores do Poder Executivo. Segundo estimativas do governo federal, os royalties devem acrescentar R\$ 1,4 bilhão ao orçamento da educação já no ano que vem; alcançando R\$ 6 bilhões em 2016 e R\$ 13 bilhões em 2018.

O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, disse que os recursos poderão custear novas escolas, novos equipamentos e até mesmo o pagamento de pessoal. "Esse dinheiro pode ir para investimentos e para o pagamento de professores, já que não se faz educação sem pagar bem aos professores", disse o ministro.

AS MUDANÇAS NO PROJETO ORIGINAL DOS ROYALTIES

| | Antes | Depois |
|-----------------------------------|---|--|
| Distribuição dos royalties | 100% para a educação | 75% para a educação e 25% para a saúde |
| Destinação dos recursos | Dos contratos assinados a partir de 3 de dezembro de 2012 | Dos contratos com "declaração de comercialidade" a partir de 3 de dezembro de 2012 |
| Fundo Social | 50% dos rendimentos do Fundo Social para a educação | 50% do total do Fundo Social para educação e saúde |

fonte: Câmara dos Deputados